



newsletter

Nº 75 – ABRIL / 2013

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 75 – ABRIL/2013
(circulação limitada)

Assuntos em Destaque

Resumo Fiscal/Legal – Março de 2013	2
Preços de Transferência – Actualidade	3
Revisores e Auditores	7

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL

Ministério das Finanças - Portaria n.º 94/2013, de 4 de Março - Aprova o novo mapa de depreciações e amortizações (modelo 32) a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 92 -A/2011, de 28 de Fevereiro, bem como as respectivas instruções de preenchimento.

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013, de 8 de Março - Aprova as decisões finais relativas ao processo de censo às fundações e estabelece os procedimentos e as diligências necessários à concretização das respectivas decisões de extinção, de redução ou cessação de apoios financeiros públicos e de cancelamento do estatuto de utilidade pública.

Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social - Portaria n.º 103/2013, de 11 de Março - Aprova um anexo próprio ao modelo 3 da declaração do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, designado "ANEXO SS" e as respectivas instruções de preenchimento.

Ministério da Economia e do Emprego - Portaria n.º 106/2013, de 14 de Março - Proceda à criação da medida de apoio ao emprego «Estímulo 2013», que promove a contratação e a formação profissional de desempregados e revoga a Portaria nº 45/2012, de 13 de Fevereiro.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 107/2013, de 15 de Março - Estabelece os critérios de selecção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 125/2013, de 28 de Março - Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do artigo 14.º da Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2013 para a realização de transferências para fundações por parte das entidades públicas.

2/7

ORA newsletter

Nº 75 – ABRIL/2013
(circulação limitada)

PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA – ACTUALIDADE

Ao longo dos últimos anos temos vindo a publicar diversos artigos sobre a temática de Preços de Transferência (Newsletters n.º 11, 13, 15, 18, 24 e 50).

Nesta Newsletter iremos sintetizar os principais aspectos a ter em conta, no contexto actual, em matéria de preços de transferência, nomeadamente no que respeita a: Acordos Prévios de Preços de Transferência (APPT), Arbitragem Fiscal, Convenção de Arbitragem da União Europeia, Código de Conduta da União Europeia relativo à documentação de PT e o Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras 2012/2014 (que influencia a prática de actuação da Administração Fiscal Portuguesa sobre esta matéria).

ACORDOS PRÉVIOS DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA ¹

Os Acordos Prévios de Preços de Transferência encontram-se previstos na legislação Portuguesa desde 2008 (art.º 138º do CIRC² e Portaria n.º 620 A/2008), os quais permitem solicitar à DGCI a celebração de Acordos onde se definam as condições e termos a praticar nas operações comerciais e financeiras efectuadas entre o sujeito passivo e as suas entidades relacionadas, ou entre a sede e os estabelecimentos estáveis, de forma a garantir que os mesmos obedeçam a preceitos de mercado.



Tais acordos apresentam, para o sujeito passivo, diversas vantagens, mas também algumas desvantagens, as quais se encontram sistematizadas no quadro seguinte:

Vantagens	Desvantagens
Prevenção da ocorrência de situações de litígio.	Disparidade de posições.
Maior segurança jurídica.	Implica a manutenção de pressupostos: legislação aplicável, circunstâncias económicas e operacionais, entre outras (a vinculação da Administração Fiscal decorre da manutenção de pressupostos).
Correcta e eficaz planificação estratégica do negócio.	Vedada a reclamação ou interposição de recurso ao conteúdo do acordo por parte do sujeito passivo (mesmo no caso de alteração de pressupostos).
Vantagem competitiva para as empresas com actividades multinacionais.	
Poder de captação e manutenção de IDE (Investimento Directo Estrangeiro).	

¹ Tema abordado na nossa *ORA Newsletter* n.º 18 (Julho de 2008).

² Anterior artigo 128.º-A do CIRC, introduzido pelo Orçamento de Estado para 2008.

ORA newsletter

Nº 75 – ABRIL/2013
(circulação limitada)

ARBITRAGEM FISCAL

A arbitragem tributária em Portugal, apesar de já autorizada pela Lei do Orçamento de Estado para 2010, entrou em vigor a 25 de Janeiro de 2011, através do Decreto-Lei n.º 10/2011, mas tornou-se efectiva apenas com a entrada em vigor da Portaria 112-A/2011, em 1 de Julho.



O referido diploma legal veio criar a possibilidade de os conflitos entre os contribuintes e as Finanças serem resolvidos através da arbitragem (processo de jurisdição voluntária que tende à resolução de um litígio através de um terceiro elemento neutro e imparcial – o Árbitro), tendo a decisão arbitral o mesmo valor jurídico de uma sentença judicial, constituindo, assim, uma alternativa de resolução jurisdicional de conflitos em matéria fiscal.

Com este Decreto-Lei pretende-se: i) assegurar os direitos dos contribuintes; ii) resolver de forma mais rápida e simples os conflitos entre os contribuintes e as Finanças; e iii) reduzir o número de processos por resolver nos tribunais.

CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM DA UE

A convenção de arbitragem (90/436/CEE) surge como instrumento de resolução de conflitos privilegiado, no seio da União Europeia, com o objectivo claro de facilitar a liberdade de estabelecimento e a circularização de capitais e, assim, promover a consolidação do mercado interno, evitando a existência de restrições e desvantagens de natureza fiscal para os grupos de sociedades de âmbito comunitário, relativamente aos grupos integrando sociedades de apenas um Estado Membro, em que, preponderantemente, vigora a figura do ajustamento correlativo, por iniciativa das autoridades fiscais.



1. Vantagens da convenção:

- ✓ Permite que os lucros incluídos nos lucros de uma empresa de um Estado Contratante sejam sujeitos a tributação num único Estado; ou que
- ✓ Do montante do imposto a que os lucros estiverem sujeitos num dos Estados seja deduzido um montante igual ao do imposto que lhes for aplicado no outro Estado.

4/7

2. *Limites ao papel da Convenção:*

- ✓ Inaplicabilidade a todas as situações de relações especiais - apenas aplicável às empresas que integrem o conceito de empresas associadas definido no respectivo artigo 4.º, excluindo, designadamente, as situações de relações especiais decorrentes de uma influência significativa na gestão da outra entidade ou quando a entidade relacionada é residente em território com regime de tributação privilegiado.

CÓDIGO DE CONDUTA DA UE RELATIVO À DOCUMENTAÇÃO DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

O Código de Conduta Europeu relativo à documentação de Preços de Transferência (aprovado pelo Conselho Europeu em Junho de 2006) abrange a uniformização dos requisitos de documentação sobre esta matéria, concebendo um sistema que inclui um “**masterfile**”, que deverá incluir a descrição da estratégia e da actividade empresarial, as transacções vinculadas transfronteiriças intracomunitárias da empresa e a sua análise económica, a política global de preços de transferência da empresa e um ou vários “**country specific file**”, que deverão incluir informação idêntica relativamente a outras operações vinculadas, assim como outros conteúdos especificamente adequados aos requisitos documentais de cada jurisdição.



A concepção de tal sistema resulta da necessidade de ponderação dos interesses quer das empresas quer das Autoridades Fiscais, nomeadamente:

Empresas	Autoridades Fiscais
Reduzir Custos de <i>Compliance</i>	Transparência e consistência
Minimizar os riscos de penalidades	Facilitar a auditoria aos processos e documentação

ORA newsletter

Nº 75 – ABRIL/2013
(circulação limitada)

PLANO ESTRATÉGICO DE COMBATE À FRAUDE E EVASÃO FISCAIS E ADUANEIRAS 2012/2014

O Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras 2012/2014, inclui diversas medidas em matéria de preços de transferência, das quais se destacam:

- ✓ Aplicação do regime de preços de transferência em matéria de IVA, quando existam operações entre entidades relacionadas sujeitas a diferentes regimes de direito de dedução;
- ✓ Introdução de contra-ordenação específica para a falta de apresentação da documentação relativa a preços de transferência;
- ✓ Identificação do perímetro (global) dos grupos económicos e promoção de acções de controlo inspectivo subsequentes;
- ✓ Enfoque sobre a política de preços de transferência praticada nas operações realizadas com entidades não residentes, destacando-se os pagamentos efectuados a entidades residentes em jurisdições com um regime fiscal mais favorável;
- ✓ Reforço da cooperação, em matéria de preços de transferência, com outras autoridades fiscais;
- ✓ Utilização de bases de dados;
- ✓ Aumento do número de técnicos afectos à equipa de preços de transferência, quer na área da inspecção, quer na unidade especial que negocia os APPT.

Bibliografia:

- *Artigo 138º do CIRC;*
- *Portaria 620-A/2008;*
- *Decreto-Lei n.º 10/2011;*
- *Portaria 112-A/2011;*
- *Convenção 90/436/CEE;*
- *Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras 2012/2014 (de 31 de Outubro de 2011);*
- *Documentação de suporte à Acção de Formação “Preços de Transferência” (Formador: Clara Dithmer) – OROC Lisboa 05/02/2013.*



- Luísa Galante -

ORA newsletter

Nº 75 – ABRIL/2013
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aprovou recentemente o seu Relatório e Contas relativamente ao exercício de 2012.

Destaca-se, pelo seu interesse, os capítulos relacionados com a evolução da actividade profissional (crescimento do número de revisores inscritos na Ordem e de novas sociedades de revisores oficiais de contas), com a actividade do Conselho Disciplinar (evolução dos processos de inquérito, dos processos disciplinares e escala das penas aplicadas); no departamento de formação (registou-se um ligeiro decréscimo no número de formações e na respectiva frequência); e no departamento de controlo de qualidade e supervisão (síntese do controlo horizontal por categorias e por entidades; síntese das conclusões do controlo vertical por categorias e dossiers; actualização dos guias de controlo de qualidade).

O documento completo pode ser obtido em:

<http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Bastonario/2013/RelatorioeContas2012.pdf>



***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*